

ATIVIDADES FÍSICAS PARA SURDOS

Prof^a. Ms. Dalva Alves dos Santos Filha*

Introdução

A deficiência auditiva traz algumas limitações para o desenvolvimento do indivíduo, uma vez que a audição é essencial para a aquisição da língua oral. Inicialmente, a surdez interfere no relacionamento da mãe com o filho e cria lacunas nos processos psicológicos de integração de experiências que irão afetar, em maior ou menor grau, a capacidade normal de desenvolvimento do indivíduo.

Embora não se tenha uma estatística geral, é grande a incidência de casos de surdez. O Censo Escolar/2004 computou 62.325 crianças surdas matriculadas nas escolas de todo o país. Esse fato trouxe a necessidade de preparar os professores para atender, de forma adequada, essa população.

O objetivo deste texto é, portanto, fornecer informações básicas sobre a audição, a deficiência e o deficiente auditivo, para facilitar a intervenção do professor de Educação Física, nas turmas onde estiverem incluídos alunos surdos.

Audição

É o sentido por meio do qual se percebem os sons.

O processo normal da audição inicia com a captação de ondas sonoras pela orelha externa e prossegue através da condução dessas ondas pela orelha média. Ao chegar à orelha interna, as ondas sonoras são transformadas em impulsos elétricos, que são enviados ao cérebro. No cérebro se dá a decodificação dos sons, o que caracteriza a audição propriamente dita.

O quadro abaixo detalha as partes e funções do aparelho auditivo:

Parte	Estruturas	Função
Orelha externa	- pavilhão auricular - conduto (ou meato) auditivo externo	Captar e conduzir o som até a orelha média
Orelha média	- membrana timpânica - cadeia ossicular (martelo, bigorna, estribo) - tuba auditiva - ligamentos - músculos (tensor do tímpano e estapédico) - nervo facial	Conduzir as ondas sonoras até a orelha interna
Orelha interna	- vestíbulo (responsável pelo equilíbrio) - cóclea (responsável pela audição)	Receber as ondas sonoras e transformá-las em impulso nervoso, enviando-os ao córtex cerebral, através do nervo vestibulo-coclear (VIII par craniano)

*Graduação em Educação Física (UERJ)

Pós-graduação em Deficiência Auditiva (IBMR)

Mestrado em Educação (UFRJ)

Professora do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES)

O som

O som possui características que influem na audição. Uma delas é a sua capacidade de se propagar nos meios gasoso, líquido ou sólido. Essa propagação, como já foi visto, se dá sob a forma de ondas, provocando uma vibração tal que é capaz de ser transmitida para o cérebro através do ouvido (meio gasoso / ar) e do corpo como um todo (meio sólido / ossos).

Outras características que influenciam diretamente na qualidade da audição são a intensidade e a frequência.

A intensidade é determinada pela amplitude da onda sonora, refere-se ao volume do som e é o que permite distinguir um som forte de um som fraco. É medida em decibéis (dB). A frequência varia de acordo com a quantidade de ondas emitidas em um determinado espaço de tempo e é o que faz com que um som seja alto (agudo) ou baixo (grave). É medida em Hertz (Hz) ou Ciclos por Segundo.

Assim sendo, a capacidade de ouvir determinados sons vai depender da conjugação entre o grau de perda em decibéis e as frequências preservadas na orelha interna. É através do cruzamento dessas duas informações que se obtém o resultado da audiometria, que é o exame que determina o grau de audição das pessoas.

Deficiência Auditiva

Essa expressão sugere a diminuição ou a ausência da capacidade para ouvir determinados sons, devido a fatores que afetem quaisquer das partes do aparelho auditivo.

A Política Nacional de Educação Especial define a deficiência auditiva como sendo a “perda total ou parcial, congênita ou adquirida, da capacidade de compreender a fala através do ouvido” (BRASIL, 1994).

Essa definição permite concluir que: 1) existem diferentes graus de perda auditiva; 2) a surdez pode ocorrer em diferentes fases do desenvolvimento; e 3) a sua pior consequência é a impossibilidade de ouvir a voz humana (fala).

Dependendo da época da instalação da deficiência e do grau da perda auditiva, o indivíduo pode ter dificuldades no relacionamento, na comunicação, na compreensão de conceitos e regras e na apreensão de conhecimentos através dos meios mais comuns (a língua oral e textos).

No padrão normal de audição, o limiar de audibilidade vai até 25 dB em todas as frequências do espectro sonoro (entre 250 e 8000 Hz). Já a classificação do grau de perda, segundo o Padrão ANSI (1969), é a seguinte:

Classificação	Perda auditiva
Audição normal	0 a 25 dB
Deficiência leve	26 a 40 dB
Deficiência moderada	41 a 55 dB
Deficiência acentuada	56 a 70 dB
Deficiência severa	71 a 90 dB
Deficiência profunda	Acima de 90 dB

A perda leve permite ouvir os sons, desde que estejam um pouco mais intensos. Na perda moderada há a necessidade de se repetir algumas vezes o que foi dito e dificuldade de falar ao telefone, com a possibilidade de troca da palavra ouvida por outra foneticamente semelhante (pato/gato, cão/não, céu/mel). A perda acentuada não permite ouvir o telefone, a campainha e a televisão, tornando necessário o apoio visual para a compreensão da fala. A perda severa permite escutar sons fortes, como o de

caminhão, avião, serra elétrica, mas não permite ouvir a voz humana sem amplificação. Na perda profunda só são audíveis sons graves que produzam vibração (trovão, avião).

Assim sendo, se uma criança já nasce com ou adquire uma surdez severa ou profunda antes de ter acesso à língua oral de sua comunidade, vai ter muitas dificuldades de se integrar ao “mundo dos ouvintes”.

Embora seja absolutamente necessário dominar a língua de sua comunidade, mesmo que somente na modalidade escrita, sabe-se que a língua de mais fácil acesso para os surdos é a de sinais. É por meio dela que esses indivíduos constroem sua identidade e desenvolvem-se nos aspectos afetivo, cognitivo e social. Logo, faz-se necessário que, desde cedo, a criança surda seja exposta a esta língua e que a família e a escola a utilizem como meio de comunicação e instrução.

No Brasil, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão dos surdos pela Lei nº. 10.436, de 2002. Apesar disso, em seu parágrafo único, a referida lei reza que a LIBRAS não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa. Desta forma, não só é assegurado ao surdo o uso da língua de sinais, como é exigido dos sistemas educacionais o ensino, tanto da LIBRAS, quanto do português escrito. A inclusão de crianças surdas na rede regular vai gerar a necessidade do aprendizado da LIBRAS pelo restante da comunidade escolar.

As línguas orais e as de sinais possuem estruturas completamente diferentes – uma é de modalidade oral-auditiva e a outra de modalidades espaço-visual – e a língua oral, principalmente na forma escrita, é muito mais complexa que a de sinais, o que dificulta o seu aprendizado por parte dos surdos que usam a LIBRAS. No entanto, a experiência tem demonstrado que os surdos que estudam em escolas regulares possuem leitura mais eficiente, o que influencia na escrita e na sua integração com a comunidade.

Atividade Física para Surdos

A surdez afeta apenas o aparelho auditivo, não trazendo nenhum outro prejuízo, além dos já citados. Desta forma, o desenvolvimento motor de crianças surdas costuma seguir os padrões de normalidade, não havendo, portanto, nenhuma restrição à prática de atividade física. Quando a surdez é acompanhada de outra deficiência ou de algum outro comprometimento, as possíveis restrições estarão relacionadas a esses(s) outro(s) problema(s).

A escolha de atividades físicas para pessoas surdas deve respeitar os mesmos critérios usados para a seleção de atividades para crianças sem deficiência (condições de saúde, faixa etária, condicionamento físico, interesse etc).

As atividades aeróbicas são muito importantes, pois as crianças que não se utilizam da fala costumam ter uma respiração “curta”, isto é, não enchem completamente os pulmões deixando, com isto, de expandir a caixa torácica e de exercitar os músculos envolvidos na respiração. Assim sendo, além de todos os benefícios cardiovasculares já conhecidos, no caso dos surdos, as atividades aeróbicas também podem contribuir, indiretamente, para o aprendizado da emissão de sons da fala.

Os surdos podem praticar qualquer tipo de esporte e de atividade rítmica. No caso dos esportes, não há necessidade de qualquer adaptação na forma de ensinar, conduzir ou arbitrar. Tampouco há adaptações nas regras de cada modalidade. Já as atividades rítmicas, se envolverem coreografia, costumam demandar um pouco mais de tempo de treinamento, devido à necessidade de internalizar o tempo e o andamento da execução dos movimentos sem o auxílio de uma trilha sonora (mesmo com boa amplificação os surdos não conseguem perceber a maior parte das nuances de uma música).

Estratégias de ensino

- Sinais visuais → Cartelas coloridas ou bandeiras podem substituir comandos de voz; figuras podem indicar o movimento a ser feito; números podem evidenciar seqüências de atividades, ou a repetição de uma atividade já realizada, ou o número da tarefa a ser executada, ou a quantidades de crianças que devem se agrupar.
- Demonstração → O professor costuma ser o modelo, mas é possível solicitar que os próprios alunos façam demonstrações.

Orientações ao Professor

1 – Com relação ao relacionamento:

- Enxergar mais a criança que a deficiência;
- Considerar as limitações, mas enfatizar as capacidades;
- Estar informado sobre a etiologia, o local e a gravidade da surdez;
- Ser paciente e acolhedor, sem deixar de estabelecer limites.

2 - Com relação à comunicação:

- Falar de frente, em velocidade normal, quando a criança estiver olhando;
- Usar frases curtas e simples, mas corretas;
- Usar gestos, se necessário, e esforçar-se para entender os gestos das crianças;
- Recorrer a outras formas de comunicação (desenho, escrita, mímica), sempre que for necessário;
- Aprender LIBRAS;
- Não misturar a LIBRAS com o Português.

3 – Com relação à prótese auditiva (quando houver):

- Não mergulhar na água, nem molhar;
- Não permitir o uso durante lutas ou acrobacias;
- Incentivar o uso durante atividades rítmicas (exceto dentro d'água);
- Se o molde estiver pequeno para a orelha da criança, retirar antes de qualquer atividade física;
- Guardar os aparelhos em local seguro para que não se quebrem ou se misturem.

Considerações finais

Incluir alguém em um grupo é dar-lhe condições para que possa participar ativamente das idéias e atividades do mesmo.

Sabe-se que as escolas regulares ainda não estão suficientemente preparadas para receber e propiciar uma inclusão real das crianças surdas, mas isto precisa mudar. Para tanto, é preciso que toda a comunidade escolar se abra para essa nova experiência, pois, com a troca, todos têm a ganhar.

As aulas de educação física podem ser momentos e espaços privilegiados para iniciar uma mudança de comportamento dentro da escola. O papel do professor em todo esse processo é primordial e deve ser assumido com responsabilidade.

Existem, atualmente, muitas fontes de informação disponíveis (instituições, internet, livros, periódicos), mas, mais do que isso, é preciso que haja o reconhecimento do direito de TODAS as crianças de participar das aulas de educação física e demais atividades escolares.

Onde obter mais informações

1- Bibliografia

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial:** livro 1/MEC/SEESP. – Brasília: a Secretaria, 1994.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências.

CAPITONI, C. B. **Na Prática da Educação Física Escolar: A Concepção da Cultura Corporal Aliada à Teoria Sócio-Histórica – Uma Possibilidade.** Revista Espaço, nº 11. INES: Rio de Janeiro, 1999.

CERVellini, N. G.H. **A Criança Deficiente Auditiva e suas Reações à Música.** São Paulo: Moraes, 1986.

FERNANDES, E. **Linguagem e Surdez.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

INES. **Série Audiologia.** Edição Revisada, Rio de Janeiro: Autor, 2003.

SANTOS FILHA, D.A. **A Linguagem de Crianças Deficientes Auditivas do INES: um estudo avaliativo** (Dissertação de Mestrado). UFRJ: Rio de Janeiro, 1996.

SANTOS FILHA, D.A. **Ginástica Rítmica Desportiva na Aquisição da Linguagem de Crianças Deficientes Auditivas.** (Especialização). IBMR: Rio de Janeiro, 1990.

SOARES, M. L. A. **A Educação do Surdo no Brasil.** 2ª Ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

SOLER, R. **Educação Física Inclusiva: em busca de uma escola plural.** Rio de Janeiro: Sprint, 2005.

SOUZA, A. M^a. C. **A Criança Especial.** Roca: São Paulo, 2003.

REDONDO, M^a. C. F. & CARVALHO, J.M. **Deficiência Auditiva.** Caderno da TV Escola, Vol. 1. MEC: Brasília, 2001.

SILVA, D. N. H. **Como Brincam as Crianças Surdas.** Plexus: São Paulo, 2002.

2- Instituições

APADA (Associação de Pais e Amigos do Deficiente Auditivo)

www.surdos-ce.org.br/instituicoes/apada.htm

CBS (Confederação Brasileira de Surdos)

www.cbsurdos.com.br

FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos)

www.feneis.org.br

INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos)

www.ines.org.br